

# POLÍTICAS PÚBLICAS INTERNACIONAIS SEUS REFLEXOS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

Edivania Tristão da Silva Lacerda<sup>1</sup>  
edivaniatristao@hotmail.com

Wesllane Oliveira da Rocha Negrão<sup>2</sup>  
professorawesllane@hotmail.com

## RESUMO

Quando o indivíduo se localiza no tempo como sujeito histórico, ator e participante das ações políticas desenvolvidas na sociedade se abrem caminhos e possibilidades para que se modifique a trajetória de um determinado povo. Com o intuito de apresentar políticas, em especial política internacional, o contexto que possibilitou o seu surgimento, os reflexos causados na educação brasileira, como os programas, currículo, formação docente e também aprofundar conhecimentos adquiridos na academia, deu-se início a esse trabalho. Essas transformações originam-se nos pressupostos neoliberais e na globalização da economia que tem norteado as políticas governamentais desde então. As transformações que ocorreram no contexto internacional só foram sentidas de modo efetivo após a década 90 no Brasil, a partir desse período muitas ações foram realizadas para garantir o acesso à educação básica, onde o Ensino Fundamental I ganha destaque, pelo fato de serem criados programas que privilegiam este nível de ensino. Os eventos que marcaram e delinearão caminhos na educação nacional, foram: Conferência de Educação para todos, de cunho internacional, que contou com a participação dos Organismos Internacionais: UNESCO, UNICEF, PNUD e o BM. Os outros dois acontecimentos foram de nível nacional, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN/1996), a partir desses marcos legal, a educação passa a ser garantida como direito, o financiamento a educação se consolida como um dever que o Estado deve manter e destinar dinheiro advindo de impostos em consonância com a legislação. Este artigo pontua o contexto de surgimento das políticas públicas internacionais, as mudanças que ocorreram e estão ocorrendo na sociedade contemporânea é resultante da revolução técnico-científica, globalização, hegemonia do sistema capitalista e pensamento neoliberal. Assim com o objetivo de explicitar algumas transformações que ocorreram no campo da educação brasileira por intermédio do reflexo de políticas que foram e ainda são desenvolvidas em outros sistemas educacionais, que chegam aos países emergentes, Brasil, por meio das avaliações que são patrocinadas e pensadas pelos Organismos Multilaterais, que preconiza investimentos na Educação Básica, que resulta em ações ou programas como: PNAIC, ênfase nos campos de atuação do profissional enquanto professor, currículo e formação docente.

**Palavra-Chave:** Políticas Públicas internacionais. PNAIC. Currículo e formação docente.

## JUSTIFICATIVA

Com o intuito de apresentar políticas e o contexto que possibilitou o surgimento e reflexos causados na educação brasileira, como o Programa Nacional de Alfabetização na

---

<sup>1</sup> Egressa do Curso de Pedagogia – Universidade Estadual de Goiás – Campus Minaçu.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Pedagogia – Universidade Estadual de Goiás – Campus Minaçu.

Idade Certa (PNAIC), currículo, formação continuada de professores e aprofundar conhecimentos adquiridos na academia, com essa visão deu se início ao trabalho monográfico. Nesse sentido o trabalho visa explicitar o papel e abrangência das políticas públicas internacionais, suas origens e influencias na Educação Básica Brasileira.

A partir dos estudos na disciplina de Políticas da Educação Básica, onde ocorreu o primeiro contato com o tema políticas públicas internacionais e nacionais, surgiu o interesse em aprofundar conhecimentos com relação a esse tema, com o objetivo de analisar o quanto a política global aponta caminhos no contexto local. E também por perceber que é um assunto pouco divulgado na comunidade de modo geral, visto que é papel da universidade pesquisar e beneficiar a comunidade que a rodeia com os estudos realizados na acadêmica.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho busca em sua essência fazer um trabalho voltado para a pesquisa bibliográfica e qualitativa, onde se procura evidenciar através da leitura de obras variadas as influências que as políticas públicas internacionais exercem sobre as políticas educacionais brasileira.

## **DIÁLOGO HISTÓRICO: POLÍTICAS PÚBLICAS INTERNACIONAIS E A INFLUENCIA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NOS PAISES EMERGENTES**

### **Conhecendo a Origem da Política**

A Grécia foi fonte de inspiração para a cultura ocidental, sendo responsável pela a origem de varias palavras e dentre tantas está à origem da palavra política que vem “do radical grego pólis cidade, e da palavra politiké, arte de governar a cidade” (FLORES, 2000, p.43). O significado de política é muito abrangente, e está em geral relacionado com aquilo que diz respeito ao espaço público, por isso, quando se fala em política, fala-se em relação de poder, poder que emana do povo, e para tanto é um processo de escolha, onde o povo escolhe seus representantes e lhes confere o poder de representá-los e bem governar, para que se alcance o bem comum da cidade, do estado e do país, ou seja, o bem comum de todos os cidadãos (sociedade).

Diante dessas características o ser humano criou a política, para organizar a vida dentro da sociedade. E assim com os diferentes atores sociais surgem as diferentes posições

políticas; diferentes concepções que refletem seus ideais em relação ao mundo e sociedade, como bem a melhor maneira de se viver. Essas idéias nunca são neutras, mas reveladoras de como as pessoas são, pensam, ou entendem o mundo. “A ação dos sujeitos que atuam na condução dos aparelhos do Estado ou daqueles outros que os enfrentam, deve ser entendida a partir do dissenso entre eles na luta de poder”. (SOUZA, 2013, p.13)

Entretanto, quando se fala em políticas públicas, deve-se ter em mente as estruturas de poder e de dominação presentes no tecido social, das quais derivam as políticas, e a melhor forma de entender política pública, é conhecer de forma separada. O significado das duas palavras, política vem do grego, politiké, que quer dizer participação da pessoa livre nas decisões no destino da cidade, a polis. Já a palavra “pública é de origem latina, publicu ou relativo, ou pertencente ou destinado ao povo” (FERREIRA, 2010, p.1.735). São todas as ações que o governo realiza em favor da sociedade, de modo a garantir e estabelecer serviços a população. “A política manifesta-se como uma arquitetônica da coletividade de desejos em permanente conflito, ou para utilizar uma expressão paradoxal: submissão egoísta do egoísmo a racionalidade”. (AZABUJA, 2008, p.20).

### **Globalização e Neoliberalismo, Suas Implicações nas Transformações no Contexto Global.**

A globalização não é um fenômeno fácil de ser explicado. Há uma gama ou multiplicidade de conceitos e de pontos de vista variados sobre o assunto. Portanto, é necessário compreender o termo "globalização" como premissa para entender suas conseqüências. Anthony Giddens sintetiza de forma brilhante um conceito que converge para o bom entendimento do termo globalização ao afirmar que ela é a "intensificação das relações sociais em escala mundial" (GIDDENS, 2008, p.61). Essa idéia simples remete a perspectiva de "uma crescente interconexão em vários níveis da vida cotidiana a diversos lugares longínquos no mundo." (LIMA, 2002, p. 125)

A globalização é uma “palavra de difícil conceituação” (LIBÂNEO, 2012, p. 81) dada a sua abrangência no seu uso para designar as relações que o mundo mantém, ou seja, as relações que os indivíduos estabelecem uns com os outros, nos diversos campos da sociedade, econômico, político e cultural. E o seu nascimento é difícil de datar, pressupõem que esse vocábulo tenha se intensificado no meio social com os avanços tecnológicos, que também possibilitou o uso de outros sinônimos mundialização, aldeia global.

“Globalização é um neologismo proveniente do Inglês “globalization”, que seria a última etapa de um processo de mundialização quase tão antigo quanto à humanidade”. (AKKARI, 2011, p. 21). A globalização é um termo amplamente difundido nos anos 80, onde a presença da dimensão local se fez presente dentro do global, dando origem a cultura global e é uma marca da idade contemporânea.

E de acordo com a fala do autor tem sido um movimento que obedece a uma cronologia, seqüencial, não a retrocesso, a tendência é evoluir, caminha em consonância com os avanços da sociedade, neste sentido, um fenômeno evolutivo que se consolida de tempos em tempo de acordo com as transformações, e essas transformações que o planeta está passando seria a última das etapas para a mundialização. “Mundialização é um fato, globalização é o discurso. Por isso, é fundamental distinguir entre mundialização e globalização”. (CABRAL, 2004, p.113).

O mundo passa por um movimento de reestruturação desde o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a queda do socialismo, que abriu espaço para a consolidação e expansão do capitalismo, a globalização e a mundialização se tornou intensa, favorecendo a criação de organizações internacionais ou Instituições Multilaterais, que são entidades criadas pelas principais nações do mundo com o objetivo de trabalhar em comum para o pleno desenvolvimento das diferentes áreas da atividade humana, segue alguns exemplos: ONU, UNICEF, UNESCO, BM, BIRD, OCDE, dentre outras.

Nessa linha, outros fatores colaboraram com a intensificação do movimento da globalização. Formação de blocos econômicos regionais como: a União Européia, o MERCOSUL, a Comecon, expansão das empresas multinacionais que tem uma matriz em seu país e atua no mercado de outro país.

As políticas dos governos de cunho neoliberal têm promovido mudanças nas conjunturas da educação, graças à globalização do mercado e a hegemonia do sistema capitalista. Para Sterger e Roy (2013), o conceito de neoliberalismo é vasto e geral, que se refere a um modelo ou paradigma econômico que se tornou dominante nos anos 80, tem como base as ideologias do liberalismo, ideal clássico o mercado que se auto-regulam.

O pensamento neoliberal prega o fim da regulamentação do Estado no que concerne à economia, o mercado que se auto-regulam, ou seja, a não interferência do Estado na economia. Não há um corpo teórico neoliberal específico, capaz de distingui-lo de outras correntes do pensamento político. As “teorizações” que manejam os assim ditos neoliberais são geralmente emprestadas do pensamento liberal ou de conservadores e quase que se reduzem à afirmação genérica da liberdade e da primazia do Mercado sobre o Estado.

(DRAIBE, 1993, p.88)

Para Akkari (2011), a globalização das políticas públicas possibilita a circulação e a inovação de idéias no campo pedagógico, mas porem é necessário que se tenha cuidado, pois as estratégias para melhorar o desempenho da educação de outro país podem não ser adequadas um segundo, terceiro país. Assim as ações voltadas para reformulação da educação nos países emergentes são pensadas sob a forma de uma padronização mundial. Sendo que essas ações são formuladas mediante aos resultados das pesquisas realizadas nos países em desenvolvimento, que geralmente seus resultados são usados para nortear todas as ações indicadas pelas Agências Internacionais nos países em desenvolvimento.

O neoliberalismo, termo utilizado pela primeira vez pelo sociólogo e economista Alexander Rustow em 1938, mas só ganhou efetiva aplicabilidade e reconhecimento na década de 80, devido à hegemonia do capitalismo, ideologia que está nas ações do FMI, Banco Mundial, nas corporações internacionais, dessa forma o mercado livre e o princípio regulador da economia mundial, nesse sentido as políticas do financiamento são sugeridas em contraste com os ideais neoliberais para os países em desenvolvimento, que até então estavam à margem. Em atendimento a essa mudança são colocados em articulação com os países mais desenvolvidos, tudo em nome da economia e o seu bom desenvolvimento. “O mercado deve ser o princípio fundador, unificador e autorregulador da nova ordem econômica e política mundial”. (LIBÂNEO, 2012, p. 109).

### **As influências dos Organismos Internacionais**

“Após a Segunda Guerra Mundial a comunidade internacional se comprometeu a criar uma serie de organizações encarregadas da assistência nos vários setores das políticas publicas dos países em necessidade”. (AKKARI, 2011, p.30). Para solucionar os problemas em relação à educação nos países menos desenvolvidos, Organismos multilaterais ligados ao capitalismo criam diversas estratégias voltadas a promover o desenvolvimento da educação nos países em desenvolvimento, como a UNESCO, foi criada em Paris 09 de agosto de 1925, com o objetivo de contribuir com a paz através da educação, ciência e cultura.

Diante do exposto as políticas educacionais nos países emergentes vêm se ajustando aos modelos das políticas internacionais, no final dos anos 80 e início dos anos 90, com a Conferência Mundial de Educação para Todos, sob orientação do UNICEF/PNUD realizada em Jomtien (Tailândia) de 05 a 09 de março em 1990, que contou com 1500 participantes, que

ênfatiou e priorizou a alfabetização e o incentivo a Educação Básica. Essas ações fortaleceram ainda mais com a conferência de Dakar, em 2000. “Que intensificou e reforçou o lugar do Banco Mundial na organização das políticas educacionais internacionais”. (AKKARI, 2011, p.31)

A conferência mundial de educação para todos, marca de forma indelével que a educação nos países emergentes ganhou proporções internacionais, Dessa forma é um delimitador de conceito político no que diz respeito à educação fundamental, que afirma a necessidade de que todos dominem os conhecimentos básicos para ingressar no mercado do trabalho, e seu principal objetivo era estabelecer compromissos mundiais em relação à educação.

Onde entidades governamentais, e não governamentais do mundo inteiro participaram, e entrarão em consenso, todos se comprometeram em garantir uma educação básica de qualidade para todas as crianças, jovens e adultos dos seus respectivos países. “Os Organismos Internacionais desempenham um papel fundamental no processo de internacionalização das políticas públicas educacionais”. (AKKARI, 2011, p.35).

O papel que o Banco Mundial ocupa no cenário das políticas públicas internacionais pertencia a organizações que foram criadas pela comunidade internacional, após término da Segunda Guerra Mundial, com o intuito de prestar ajuda aos países em dificuldade. UNESCO e UNICEF são Organizações que passaram a serem atores coadjuvantes nas ações com relação ao setor da educação e infância, suas ações estavam além da simples ajuda financeira, estavam interessadas em manter um diálogo fraterno, longe de impor e estabelecer metas era aconselhamentos e não imposições.

“Se caracterizava por ter uma visão humanista”. “Educação um tesouro a descobrir, ilustra bem tal visão”. (AKKARI, 2011, p.30). Essa transição de influência, da UNESCO para o Banco Mundial, sucedeu de forma gradativa, sem conflitos, de acordo com as mudanças nos objetivos em relação à educação, o Banco Mundial se tornou o articulador de medidas nas políticas educacionais.

A ascensão do Banco Mundial ao cargo de principal articulador nas políticas educacionais nos países emergentes se deu após crise do endividamento de vários países e a Moratória México em 1982, dentre esses países 16 pertenciam a América Latina, incluindo o Brasil e México. O México por sua vez anunciou para mais cem bancos credores que não tinha condições de pagar o capital, mas que pagaria os juros assim que conseguisse créditos..

Devido às mudanças que ocorreram no contexto mundial, com a reestruturação do capitalismo, onde a educação passou a ser instrumento e meio para formar e suprir o mercado, esses organismos perderam sua força, e a ascensão e liderança do Banco Mundial, FMI (Fundo Monetário Internacional) no que tange ao financiamento e orientação das políticas educacionais nos países emergentes. Nessa perspectiva o Banco Mundial e FMI ganharam espaço e passou a orientar e liderar as ações relacionadas à educação. “O Banco Mundial apresenta, por sua vez, uma visão mais instrumental. Para este, a Educação deve permitir a inserção dos indivíduos na economia de mercado local ou global.” (AKKARI, 2011 p.30).

“A ajuda aos países em desenvolvimento depende, sobretudo da margem de manobra de outros atores estratégicos do sistema educacional”. (AKKARI, 2011, p.32). Como fator econômico, desenvolvimento local das indústrias, líderes locais, os donos do capital, privado. Todos esses atores influenciam de forma muitas vezes contraditória aos objetivos dos Organismos Internacionais, e isso tem gerado conflitos entre a cooperação internacional e os representantes locais. “Este desgaste da ajuda conduziu a uma maior ênfase na participação local ou em parcerias, especialmente via abordagens setoriais e o apoio direto aos orçamentos nacionais, mas também pela articulação de órgãos exteriores as estratégias”. (AKKARI, 2011, p.33).

A Declaração de Paris é um acordo internacional entre países desenvolvidos e em desenvolvimento com o objetivo de melhorar a qualidade da cooperação para o desenvolvimento. Teve como pauta “sobre a eficácia de ajuda” (AKKARI, 2011, p.33). A discussão do documento está centrada em obter resultados se a ajuda de fato esta sendo eficaz, se está promovendo o desenvolvimento. Nessa perspectiva todos os participantes se comprometeram a fazer com que o financiamento fosse aplicado, através do esforço em conjunto, onde foram colocados cinco princípios para garantir que a ajuda se tornasse eficiente: apropriação, harmonização, alinhamento, gestão coletiva para resultados e responsabilidade mútua.

### **A Internacionalização das Políticas Educacionais Brasileiras**

A relação entre educação, capital e economia no Brasil ocorreu após a crise do café, reflexo da queda da bolsa de Nova York (1929), isso direcionou o país rumo à industrialização, processo que já estava acontecendo nos países desenvolvidos. Essa transição, antes era agrária, para a industrialização, promoveu a saída do homem do campo para a

cidade, e conseqüentemente pela emergência de mão de obra especializada, e com a crescente estruturação do Estado a educação passa a ser prioridade dentro desse novo contexto, que até então era para a elite, filhos da oligarquia cafeeira, filhos dos coronéis, mas diante das mudanças com o novo modelo do capitalismo industrial. Foi criado o Ministério da Educação e Saúde, por Francisco Campos, portanto, esse é o marco que coloca a educação como prioridade para todos os brasileiros. A intensificação do capitalismo industrial alterou as aspirações sociais em relação à educação, uma vez que nele eram exigidas condições mínimas para concorrer no mercado. (LIBANELO, 2012, p.152).

Por trás dessas duas ideologias está os escolanovistas, como Anísio Teixeira um dos seus principais signatários, representa a ideologia dos liberais. Já a ideologia dos conservadores católicos, representados pela elite no poder, que queria manter a mesma linha, educação elitista. Diante dessa luta de idéias e/ou embate de idéias, a educação foi se estruturando sem muito planejamento, o que se queria alcançar por meio da educação, quais são seus objetivos, e ainda hoje se sente os reflexos, e ainda não se sabe o que se quer alcançar na educação. “O resultado foi um sistema de ensino que se expandia, mas controlado pelas elites, com o Estado agindo mais pelas pressões do momento e de maneira improvisada do que buscando delinear uma política nacional de educação”. (LIBANELO, 2012, p.155).

Esse embate de idéias em relação à educação estava concentrado no meio político, onde a questão da discussão se consolidava na centralização ou descentralização. “O escolanovista Anísio Teixeira, foi defensor da descentralização”. (LIBANELO, 2012, p. 154) Onde se pode observar o efeito, ou reflexos, da ideologia liberal, que defende a saída do Estado de bem estar em favor de um Estado mínimo. Anísio Teixeira ao defender a descentralização esta personalizando e acreditado que essa formula trará igualdade e liberdade para o povo. Por entender que quando se desloca e delega responsabilidade aos Municípios se abre espaço para a comunidade local, pelo fato que o gestor, esta mais perto da população, enquanto que a centralização do ensino era defendida pelos conservadores católicos.

Com a Conferência Mundial de tema: Educação para Todos; o Brasil dá início ao processo de reformulação da educação. Não só da educação, mas de outros setores e sem atendimento ao que foi acordado com os Organismos multilaterais, que formulam a pauta das relações entre educação e economia, sobretudo nos países em desenvolvimento. Onde entra em voga um novo discurso, qualidade e modernização do ensino, a educação antes desse período primava pela oferta de vagas, universalização, sem ter a preocupação com a

qualidade, mas com o advento da globalização, que se constitui em uma estratégia para reestruturar o capitalismo, a educação brasileira tem sido alvo de varias reformas para atender a demanda desses novos tempos. A modernização educacional e a qualidade do ensino , nos anos 90, assumiram conotação distinta ao se vincularem á proposta neoconservadora que inclui a qualidade da formação do trabalhador como exigência do mercado. (LIBÂNEO, 2012, p.159)

Com a saída dos militares do poder e com processo de redemocratização do Brasil, através do presidente recém-empossado Fernando Collor, período que marca internacionalização das políticas educacionais, onde foi criado o plano decenal em conformidade com os direcionamentos da Conferência de Educação para Todos. A educação passou a trilhar caminhos não mais decididos e instituídos em “planos até então existentes que se ligavam aos pressupostos definidos na LDBN”. (LIBÂNEO, 2012, p.179).

Assim ações desenvolvidas na educação no Brasil após a década de 90, em especial depois da Conferência de Educação, passaram gradativamente a ser desenvolvidas em confluência com os apontamentos dos Organismos Internacionais. Onde se abre espaço para que se discuta a educação em âmbito internacional, exemplo: criação do Plano Nacional de Educação e as metas a será alcançada num espaço de dez anos, este Plano de Desenvolvimento é um indicador do quanto os organismos internacionais interferem nas políticas publicas locais dos países em desenvolvimento. Nesse sentido a criação do Plano Decenal de educação tem como princípio norteador as políticas públicas internacionais. “Em 1990, no início do governo Collor, teve início a discussão internacional sobre um plano decenal para os nove países mais populosos do terceiro Mundo”. (LIBÂNEO, 2012, p.179).

Nessa perspectiva a educação deixa de ser pensada sob um contexto nacional, para se configurar em um contexto internacional, acatando ideais de organismos financiadores, que visam reformular a educação para sustentar a economia. Aqui no Brasil não tem sido diferente, os governos que sucederam o governo do Collor permaneceram na mesma linha, abrindo espaço para o capital internacional, posicionando o país no contexto internacional, onde as políticas educacionais a cada governo foi estreitando os laços com os objetivos preconizados pelas discussões direcionadas pelos Organismos internacionais. “Com a posse de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, iniciou-se o processo de concretização da política educacional conforme ás diretrizes de agentes financiadores multilaterais”. (LIBÂNEO, 2012, p.186)

Assimilação de novos paradigmas e conceitos que estão em voga no cenário educacional internacional como: Benefícios da tecnologia da informação e da comunicação na educação, descentralização, privatização da educação, obrigação de resultados, prestação de contas, boa governança, qualidade da educação, reformas curriculares, padrões educacionais, profissionalização docente, e essa reestruturação é de alcance constitucional, na nova Lei de Diretrizes e Bases da educação 9394/96. Isso é perceptível nos diversos planos que os governos implantam, no caso do Brasil, os programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, como o próprio nome diz é um fundo destinado a financiar vários programas destinados a atender áreas específicas da educação, como por exemplo: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Proinfância, PNAIC, dentre outros. “As Organizações internacionais desempenham um papel fundamental no processo de internacionalização das políticas educacionais. Para além de suas significativas contribuições financeiras”. (AKKARI, 2011, p.35).

Seguindo os direcionamentos do financiamento a reforma educacional que ocorre nos anos 90, de modo especial à criação do PCN, e uma resposta afirmativa em relação aos apontamentos dos Organismos Internacionais, que o Governo brasileiro gradativamente foi incorporando. Os PCN's começaram a ser elaborados em 1995, sua primeira etapa corresponde ao ensino de 1º a 4º série, mas só foi concluído em 1997, e lançado em Brasília pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso, e o Ministro da educação era Paulo Renato Souza. Após o lançamento dessa primeira etapa o MEC deu início a elaboração dos PCN para a 5º e 8º série em 1998, e do ensino médio, em 1999.

Em consonância com os Organismos Internacionais, o Ministério da Educação (MEC), elaborou o Plano Decenal, documento elaborado em 1993, destinado a ser cumprido em um período de dez anos. Esse plano denota que o Brasil respondeu de forma positiva as resoluções tomadas na Conferência de Educação para todos, Jomtien (Tailândia) em 1990, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial. Após a conferência, algumas decisões foram tomadas para atender e melhorar o desempenho da Educação Básica, e o Plano Nacional de Educação, 1993, foi criado para atender e dar cumprimento ao que foi acordado entre os nove países que apresentaram baixa produtividade do sistema educacional.

Os países desenvolvidos estão em um processo de reestruturação dos seus sistemas educacionais tudo em nome da qualidade e da eficiência. E com o intuito de mensurar essa qualidade e eficiência do ensino foi elaborado e lançado o estudo Internacional (Pisa) Programa Internacional para Avaliação dos Estudantes da Educação Básica, é aplicado aos alunos a cada três anos, foi criado pela (OCDE) Organizações para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. E recentemente o Brasil foi convidado a fazer parte. Segundo informações do INEP em 2012, o Pisa foi aplicado a 510 mil alunos em 60 países que, segundo a OCDE, representam estatisticamente cerca de 28 milhões de estudantes de 15 anos. No Brasil, 19.877 alunos de 837 escolas completaram o exame, segundo o estudo. Constituiu-se em mais uma forma de saber se a ajuda das Organizações está sendo eficiente no desenvolvimento da educação nos países emergentes. “Os países em desenvolvimento estão engajados em um movimento de profunda reestruturação de seus sistemas educacionais em nome da busca de uma maior eficiência e qualidade. A elevação dos padrões se tornou uma palavra de ordem”. (AKKARI, 2011, p.96).

No Brasil a etapa que recebe maior atenção, é a Educação Infantil e Ensino Fundamental I, Onde se constata que a uma maior preocupação tanto com a oferta, quanto com a qualidade do ensino/ aprendizagem para essa faixa etária. Pois é perceptível nos inúmeros planos e ações que o governo coloca em pratica, exemplo, Todos pela educação, PNAIC, Mais Educação, dentre outros. Todos seguindo as orientações feitas pelos Organismos Internacionais para melhor o nível educacional.

Nessa linha sua oferta e qualidade se tornaram palavra de ordem dentro dos apontamentos dos Organismos financiadores, desse modo percebe-se que ao longo dos anos, desde 1990 ao ano atual, a uma busca progressiva quanta a alcançar um padrão de ensino que venha corroborar para formação dos alunos. “Já se tornou evidente que o conhecimento, a capacidade de processar e selecionar informações, a criatividade e a iniciava, constituem matérias-primas vitais para o desenvolvimento e a modernização”. (MELLO, 200, p.30)

Para atender a essa nova proposto em relação ao ensino/aprendizagem, tem se colocado em pratica diversas estratégias para garantir a alfabetização dos alunos, e dentre essas estratégias que o governo implantou, a partir de 2013, o PNAIC, Plano de Alfabetização na Idade Certa, que visa promover ações e disponibilizar recursos com o objetivo de efetivar a alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática, até o 3º ano do Ensino Fundamental, de todas as crianças das escolas municipais e estaduais, urbanas e rurais, brasileiras. “Essas

novas exigências do processo produtivo remetem para a escola a responsabilidade de propiciar um sólido domínio dos códigos instrumentais da linguagem, da matemática de dos conteúdos científicos.” (MELLO, 200, p.34)

## **PNAIC UM DOS REFLEXOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS INTERNACIONAIS NO BRASIL**

### **Apresentando o PNAIC**

O PNAIC é um programa de formação continuada, criado para assegurar uma reflexão sobre a alfabetização e o trabalho docente, a prática pedagógica dentro de sala de aula, e também devido a dificuldades diagnosticadas dentro da educação brasileira com relação à deficiência dos alunos para ler e interpretar. O programa busca integrar ações que visa melhorar o desempenho dos alunos que estão na faixa etária de 6º aos 8º anos, com o intuito de fazer com que o alfabetizado possa participar do mundo com seus avanços e ser capaz de dominar as diversas práticas de linguagem e possa ser um ator participante das ações enquanto cidadão da sociedade.

O PNAIC, criado em 4 de julho de 2012, pela portaria 867, se constitui em uma estratégia do Governo Federal, Ministério da Educação, e compromisso formal assumido pelos Governos Federal, Distrito Federal, Estados e Municípios para promover e assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 8 anos de idade, mas só foi lançado em 2013, onde a ênfase está na alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática, para todas as crianças das escolas municipais e estaduais urbanas até o 3º ano do Ensino Fundamental, fim do Ciclo de Alfabetização.

O PNAIC se caracteriza, pelo fato de apresentar em sua estrutura a integração de diversas ações e diversos materiais que contribuem para a alfabetização, e também um compartilhamento da gestão do programa entre Governo Federal, estados e municípios, onde o discurso está centrado na formação continuada, e se dá ênfase quanto à orientação de garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento aos alunos, onde a eficácia do programa está sujeita a avaliações anuais. PORTARIA Nº 1.458, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012, traz as prerrogativas para a formação docente do PNAIC.

A educação brasileira vem passando por transformações significativas, principalmente no que refere à entrada e permanência das crianças na Educação Básica. É notória que a obrigatoriedade da entrada da criança aos 6 anos no Ensino Fundamental, fez emergir reflexões sobre o que se espera da escola, quais conhecimentos os alunos terão acesso. Outra preocupação é mencionar o nível de aprendizagem, se de fato esses conhecimentos estão sendo apreendidas, no caso as avaliações internas e externas que são aplicadas e amplamente divulgadas pelo governo. Os problemas da alfabetização no Brasil têm sido amplamente discutidos por diferentes segmentos da sociedade e por pesquisadores de várias áreas. Alguns consensos já começam a ser delineados. (SEB, 2012, p.26).

“A alternativa da política educacional em confiar a formação de professores a institutos de nível superior tem como objetivo propiciar aos professores uma formação mais científica e menos baseada em receitas.” (AKKARI, 2013, p. 110). Os professores alfabetizadores que estão engajados nesse projeto além de receber o curso de formação, a também uma bolsa em dinheiro que se recebe mensalmente, material didático específico para cada modulo.

Nota-se que a idéia de educação inclusiva, na perspectiva de incluir a todos em um ensino de qualidade ganha ênfase na formação dos educadores, onde se propõe reflexões aos professores acerca de suas praticas pedagógicas, que os faz refletir se estão de fato trabalhando de forma a alcançar a todos, sabendo e percebendo que cada um tem seu ritmo e sua forma de aprender. Neste sentido a inclusão perpassa todos os elementos do ensino, seja na alfabetização, avaliação, planejamento, currículo, etc.

No Brasil ha muito vem se tentado instituir um currículo de alcance nacional para a alfabetização, mas não só para essa etapa, e sim para toda a Educação Básica. Como dito anteriormente, os anos 90 é um marco no que se refere a reformas educacionais, sendo a Conferência de Educação para Todos. Evento que proporcionou debates e acordos entre os países participantes em nível global, fruto desses debates, no contexto das reformas educacionais brasileiras o MEC elabora os Parâmetro Curriculares Nacionais de 1º a 4º serie.

O processo de elaboração dos PCN's começou em 1995, e no final deste mesmo ano já havia uma versão preliminar, que foi enviada a diferentes instituições e especialistas, que enviaram resposta ao MEC dando o parecer que serviu de base para a revisão do texto. Para completar a produção do PCN's o MEC promoveu reuniões com técnicos, conselho Federal de Educação, organizou debates regionais, onde algumas universidades se mobilizaram.

As articulações de diversas ações, recursos materiais do MEC, voltados para a alfabetização e o letramento envolveu diversos municípios, e o município de Minaçu está dentre esses municípios, que está empenhado a dar cumprimento ao que preconiza o MEC, isso promoveu um aumento da quantidade de materiais didáticos entregues por sala de aula para todas as escolas, e também proporcionou formação continuada presencial para os professores alfabetizadores, somente para aqueles que estão atuando dentro dos primeiros anos do ensino fundamental.

Por fim diante do exposto anteriormente o PNAIC e um programa preocupado com o desenvolvimento do aluno de 1º ao 3º ano do ensino fundamental, são ações que busca viabilizar a humanização do ser humano, pois pretende democratizar o saber e a cultura. Para melhorar o desempenho dos alfabetizando, propõe reflexões aos professores a cerca de várias áreas de atuação dos docentes como: Avaliação, o trabalho docente em sala de aula, formação continuada, currículo dentre outros assuntos que são pertinentes à área de atuação dos educadores. “Um currículo que se pretende democrático deve visar à humanização de todos e ser desenhado a partir do que não está acessível às pessoas. Por exemplo, no caso brasileiro, é clara a exclusão do acesso a bens culturais mais básicos”. (LIMA, 2007, pp.18 e 19).

Sabe-se que a educação é entendida como via que possibilita o desenvolvimento da sociedade e instrumento que prepara o cidadão para agir e refletir diante dos avanços e transformações que se estabelece dentro da sociedade, por esse motivo a formação continuada e o currículo, são áreas que precisa agregar os conhecimentos da sociedade que estão sempre em construção. Assim a natureza da docência e do currículo precisa ser mutável para se adequar as novas necessidades que vão surgindo, de modo especial para atender o mercado, que devido a globalização e o pensamento neoliberal a educação passa a ser veículo que tem o dever formar cidadãos que saibam lidar com conhecimento volátil, pois o saber e fazer dos seres humanos estão em constante transformação. “Uma primeira tendência internacional na formação de professores refere-se à de universalização ou terceirização da formação”. (AKARRI, 2011, p.110). Muito se fala em currículo e formação docente. O próximo capítulo é dedicado a desvelar sobre o seu papel dentro do contexto das transformações sociais, dada a sua importância dentro da escola.

## **AS INOVAÇÕES CURRÍCULARES E A PRÁTICA DOCENTE FRENTE ÀS NOVAS DEMANDAS DO MUNDO GLOBALIZADO**

## **Currículo em Construção**

Sacristán (1996, p. 13) diz que a “educação tem uma função de socialização e construção do homem”, pois a educação tem o papel de transmitir aos indivíduos características que o diferem dos outros animais, a socialização dos saberes e costumes são decisivos para formação da humanização do homem. Ante essa afirmação “a educação é um fenômeno de natureza humana”. (SAVIANI, 2008, p. 11). Assim se entende que a educação é um produto fabricado pelo homem, para o homem, é uma produção dos bens culturais produzidos historicamente por cada indivíduo.

Dessa forma a educação tem por objetivo transmitir e possibilitar a assimilação dos saberes e repassar elementos culturais que precisam ser sociabilizados na sociedade. “A educação seria, exterior à sociedade, pois, de fora dela, contribui para o seu ordenamento e equilíbrio permanentes. A educação, nesse sentido, tem por significado e finalidade a adaptação do indivíduo à sociedade”. (LUCKESI, 1990, p.38).

A escola e seus atores passam a questionar de que forma esses conhecimentos vão ser aplicados? Quais conhecimentos vão ser ensinados? A escola deve possibilitar acesso ao saber elaborado? Deve proporcionar a aprendizagem de técnicas? Todos esses questionamentos abrem caminhos para construção e organização do currículo e consequentemente o trabalho pedagógico. Mediante ao exposto, currículo ocupa um papel importância, “nessa perspectiva, constitui um dispositivo em que se concentram as relações entre a sociedade e a escola, entre os saberes e as práticas socialmente construídos e os conhecimentos escolares”. (SEB, 2012, p. 22)

Em resposta a necessidade de se ter um currículo que agregue as varias dimensões do conhecimento humano, a formação continuada é uma tentativa de fazer com que o profissional da educação esteja em constante aprender a fazer e conhecer, em constante reflexão em relação à teoria e pratica que conhecimentos e técnicas se devem utilizar para que o aluno se aproprie desses conhecimentos. O “Currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola”. (SAVIANI, 2008, p.15), não é um programa de atividades desenvolvidas pela escola, e nem tão pouco um conjunto de programas com disciplinas a ser cumpridos, é muito mais. Um currículo é tudo que a escola faz, seja dentro das salas de aulas ou fora dos muros da escola.

Para Moreira (2008), o currículo para o ensino fundamental traz discussões acerca dos temas transversais, interdisciplinaridade e trabalho por projetos, velhas questões do currículo, mas tão atuais. Pois a sociedade contemporânea agrega conhecimentos variados, hibridismo, culturas e saberes científicos e tecnológicos, pensamentos pedagógicos de várias vertentes, com todas essas influências o currículo tem a necessidade de se adequar, se tornando dinâmico flexível para incorporar em sua estrutura estratégias diferenciadas, e a metodologia projeto e uma estratégia de ensino que está vinculada à perspectiva do conhecimento globalizada, essa modalidade possibilita a articulação dos conhecimentos escolares de forma flexível em relação às disciplinas.

Para Ghiraldelli (2009) as propostas curriculares foram se alterando nos seus fundamentos filosóficos, quanto aos ideais pedagógicos, em relação à concepção de homem e principalmente no que diz respeito aos conhecimentos a serem socializados. Portanto, a visão de currículo vem sendo discutida há muito, onde muitos especialistas em educação, cada um defende a sua concepção de currículo ideal.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino fundamental, os temas transversais têm o caráter de possibilitar e favorecer a compreensão da realidade que circunda o educando e oferecer subsídios para que ele possa entender qual o seu papel e de que forma o indivíduo como ator social pode participar e reconhecer quais seus direitos e deveres dentro da sociedade. Portanto possibilitar a capacidade de se posicionar diante das questões que interferem na vida coletiva, dando-lhe a capacidade de superar a indiferença e intervir de forma responsável.

A escola para Libâneo (2006) e o fazer pedagógico são influenciados pelas tendências pedagógicas. Essas mudanças são perceptíveis no final do século XX, pois até então o que predominava era a escola tradicional, que foi e é muito criticada por privilegiar a transmissão dos saberes acumulados de forma desassociada da realidade que cerca a sociedade, devido às mudanças no contexto econômico, político e social, surgiu a idéia de um novo tipo de homem, para essa nova sociedade que queria mais liberdade, igualdade e fraternidade, e já não aceitava a forma dogmática e engessada do ensino tradicional.

Freire (2006) destaca que a pedagogia ou o trabalho pedagógico deve privilegiar a democracia e conseqüentemente a autonomia, assim o perfil do educador é construído dando ênfase a formar uma personalidade crítica, onde o seu papel enquanto educador é agir em sua

prática cotidiana empenhado em oferecer subsídios para que o educando construa uma personalidade crítico/reflexiva.

Assim afirma Libâneo (1994), à democracia só vai acontecer de fato quando os governantes e a comunidade fizerem valer o direito que cada aluno tem de permanecer na escola, e proporcionar uma formação sólida que o coloque em contato com a cultura e com a ciência. Um currículo que se pretende democrático de visar à humanização de todos e ser desenhado a partir do que não está acessível às pessoas. A humanização se refere, assim, ao desenvolvimento cultural da espécie. “O desenvolvimento cultural é função do momento histórico pelo qual passa a humanidade e do quanto todos os países participam do acervo de cultura, tecnologia, ciências e bens disponíveis a um montante dado”. (LIMA, 2008, p. 18).

De fato a democratização está subordinada ao acesso aos direitos e deveres que cada indivíduo deve ter acesso, se esse acesso for negligenciado isso quer dizer que se vive uma falsa democracia, nesse sentido é fundamental que todos os atores envolvidos no processo de formação dos cidadãos, governantes, sociedade e profissionais da educação, tenham clareza do seu papel enquanto formadores, e o currículo é via que possibilita a democracia. Onde a dialética do conhecimento seja repartida por igual sem distinção de classe, é assim que se deve ser um currículo democrático e uma escola que inclua a todos dentro da sociedade, e tendo o conhecimento como premissa que a todos pertence.

### **Reflexões Sobre Mudanças Ocorridas no Contexto Global que Influenciaram a Educação Local: Programas, Currículo e Formação Docente**

Faz-se necessário compreender que a influência da globalização da revolução industrial e a hegemonia do sistema capitalista, modificaram o modo e o fim da educação em todo o globo. Junto com esse contexto de transformação emerge os organismos internacionais, dentre eles ganha destaque na educação brasileira, está o Banco Mundial e FMI que assume o papel de financiar a educação dos países emergentes mediante ao atendimento de alguns apontamentos, reestruturação, de modo especial reforma educacional.

As transformações ou reformas educacionais que ocorreram e estão ocorrendo, pode ser compreendida através da “inter-relação de três matrizes fundamentais: a revolução técnico-científica ou tecnológica, o processo da globalização e o projeto neoliberal”

(DOURADO e CATANI, 1999, p. 5-6), essas dimensões juntas permitem compreender o processo de modificações que se estalaram dentro da sociedade local e global e também é via que possibilita compreender as mudanças na educação, ou seja, as reformas educacionais que ocorreram nos sistemas educacionais nos diversos países assim como Brasil.

As mudanças no mundo da produção e do trabalho estão integradas, relacionadas de tal modo com as matrizes fundamentais citadas acima que não se sabe quem veio primeiro, o mais certo que estão subordinadas, coexiste nas conjunturas da organização social da sociedade contemporânea. Para Dourado e Catani (1999) mediante a essa situação a escola ou a educação passa a ser questionada diante desse contexto que se apresenta, já não e capaz de formar os indivíduos que tenham habilidades e competência para lidar com o conhecimento produzido com a rapidez que é exigida pelo mercado. Pois essa nova sociedade globalizada “se constitui, para alguns, cada vez mais como uma sociedade da informação e do conhecimento”. (DOURADO E CATANI, 1999, p.8). Mas não significa que seja o fim da escola, e sim que já não corresponde às expectativas, que é necessário que ocorram reformas, essa percepção com relação às mudanças na educação, na escola, se constitui em um movimento de nível global.

Que chega a América Latina por causa do contexto que foi descrito, e pela busca dos Organismos Internacionais que em nome do projeto neoliberal, enfatiza aos países emergentes que o caminho para o desenvolvimento e redução da pobreza e a reforma educacional de seus sistemas de educação. As reformas educacionais na América Latina, no Brasil e resultadas de acordo feitas com Organismos multilaterais como: Banco Mundial e FMI, essas reformas no Brasil são colocadas em prática pelo MEC, de modo mais efetivo no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

A formação inicial e continuada e as pesquisas no campo do currículo enquanto política pública caracteriza-se como uma tendência do mundo globalizado com o processo de dominação do comércio, fenômeno de alcance mundial, essas ações são produzidas e ofertadas pelas cooperativas multilaterais vinculadas ao pensamento neoliberal. “como produto de um nexo de influências e interdependências, resultando em ‘inter-relação, multiplexidade e hibridização’ numa ‘mistura de lógicas globais, distantes e locais” (BALL, 1998, p.132).

No caso do Brasil, essas reformas no campo do currículo e a formação dos docentes visam promover o fortalecimento da escola, são feitas através de programas, políticas do

governo federal, enfatizando e regulamentando instrumento de diagnóstico e avaliação, junto com essas ações emerge mecanismos de controle para aferir o desempenho da escola. Assim, o projeto é concebido como um instrumento de controle, por estar atrelado a uma multiplicidade de mecanismos operacionais, de técnicas, de manobras e estratégias. (VEIGA E FONSECA, 2001, p.47)

Isso se leva a crer que por conta do êxodo alcançado em outra realidade se pode usar a mesma base para se desenvolver o mesmo projeto em outra realidade. Mas é lógico que existem outros fatores que impulsionaram as reformas educacionais, os Organismos Internacionais e mais um dos instrumentos, por traz está todo o contexto de mudanças pelo qual a sociedade contemporânea vem passando. Isso foi muito bem descrito por Ball (1998) a uma teia de influências, que se relacionam entre se e que dependem uma da outra. Outro ponto interessante e que essa teia é norteadora dos rumos da educação, desde que a mesma se tornou ligada ao contexto socioprodutivo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS / RESULTADOS**

No decorrer desta pesquisa, por meio da leitura de diversas obras, pode-se notar que a educação dos países emergentes e o Brasil vêm passando por um movimento de reestruturação devido às mudanças que ocorreram em escala global, relacionadas às modificações socioprodutivas. Portanto, para compreender os reflexos das políticas internacionais na educação, é entender os caminhos tortuosos pelo qual a educação brasileira percorreu e vem percorrendo para chegar aonde chegou. Não ha como negar que houve avanços, mas os entraves são muitos, principalmente de cunho cultural.

As políticas de gestão da Educação Básica, tanto no Brasil, como nos demais países, sendo eles desenvolvidos ou não, tem sido objeto de vários estudos e pesquisas. A temática é complexa, visto que, suas perspectivas e concepções são tema de discussões e disputas. Nesse sentido, o cenário educacional é marcado por agentes reguladores. Resultado de compromissos e ideais formadas em âmbito nacional e internacional, indicado, dentre outros por agências, Organismos multilaterais, que aponta um rumo a serem seguidos, que no geral é facilmente assimilado, naturalizado pelos governos ou gestores das políticas públicas.

O discurso sobre a relevância da educação na idade contemporânea ganhou notoriedade, seu fim ocupa lugar de destaque, e é matéria de discussão entre a comunidade internacional, pois sua função caminha em paridade com o desenvolvimento da economia

global, a escola é colocada como via de apropriação dos avanços que ocorreram nas diversas áreas do conhecimento humano. Assim, dada a sua importância as políticas estruturais que vêm sendo apontadas pelos Organismos Internacionais, colocam a educação como meio de redução da pobreza e democratização do capital.

Diante das análises realizadas a escola com todos os seus agentes estão conseguindo desempenhar o seu papel? Tendo que lidar com problemas tão complexos, gestão e execução de ações, administrativas, burocrática, e pedagógicas, pensadas, decididas através de uma visão exterior a sua realidade local. Tendo que colocar em prática ações planejadas por meio de políticas verticais, impostas mediante aos programas estabelecidos pelo governo, que são executados em todo o país, sem considerar que cada região, lugar tem suas necessidades, que cada escola tem suas peculiaridades.

Sem falar da descontinuidade das políticas, não deu certo, abandona tudo que foi feito, investimento com material e tudo mais, para colocar em prática outro programa, que inicialmente é aplicado em uma minoria, sem considerar as características dos demais lugares, suas necessidades, em fim a educação brasileira está sem rumo certo, não sabe aonde quer chegar, precisa de metas em longo prazo e se conscientizar que se deve dar um passo de cada vez.

Portanto, esse trabalho não tem fim em si mesmo, atuando apenas como chamamento para uma reflexão e análise dos impactos das políticas públicas aplicadas a educação. Mostrar como influências externa ora benéfica, ora não, podem influenciar no fim do processo que ocorre lá no chão da sala de aula. Foi utilizado como exemplo o PNAIC, mas como ele existe outros programas, que visam à resolução de problemas históricos. E apesar de todo cenário apresentado, verificou-se mudança ao longo da história, portanto os educadores necessitam do pleno conhecimento dessas ações para que as mesmas alcancem o fim a que foram propostas inicialmente, não apenas para cumprimento de metas, mas para a aquisição da aprendizagem necessária, e direito de todos.

## **REFERÊNCIAS**

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

AZABUJA, Darcy. **Introdução a ciência política**. São Paulo: Globo, 2008.

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas públicas educacionais: Transformações e desafios.** Petrópolis JR: Vozes, 2011.

BRASIL. **Plano Decenal de educação para todos.** – Brasília: MEC, 1993.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** nº 9394/96. Brasília: 1996.

\_\_\_\_\_. Constituição da Republica Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. Constituição Federal. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais /** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: currículo na alfabetização: concepções e princípios:** ano 1 : unidade 1 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. -- Brasília: MEC, SEB, 2012.

BALL, S. **Cidadania global, consumo e política educacional.** In: SILVA, L. H. (org.). A Escola Cidadã no contexto da globalização. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHRISTOV, Luiza Helena da Silva. **Educação continuada: função essencial do coordenador pedagógico.** In: GUIMARÃES, Ana Archangelo et. al. **O coordenador Pedagógico e a educação continuada.** São Paulo: Loyola, 1998.

CONSTANTIN, Pedro Tolens. Aristóteles. **Política: coleção obra-prima de cada autor.** Ed. Martin Claret Ltda. 6 ° edição. 2013. Tradução de Politikón.

CABRAL, Severino. **5 décadas em questão.** Rio de Janeiro: Maual, 2004.

CROCETTI, Zeno. **Ética e cidadania.** Curitiba: Iesde Brasil S. A. 2009.

CRUZ, Priscila. **Todos pela educação: Anuário brasileiro da educação básica.** Belenzinho, SP: Moderna, 2013.

DOURADO, Luiz; CATANI, Afrânio. **Universidade pública: Políticas e identidade institucional.** Volume 70. Coletânea: Polêmicas do nosso tempo. UFG, 1999.

DRAIBE, Sônia M. **As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas.** Revista USP. Dossiê Liberalismo - Neoliberalismo. Nº 17. São Paulo. Março/Maio. 1993. (p. 86 – 101)

FERREIRA, Aurélio Buarque Holanda. **Dicionário de língua portuguesa.** Curitiba: Positivo, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários á prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FRORES, Moacyr. **Mundo grego romano: Arte mitologia e sociedade.** Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

GHIRALDELLI, JR Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira: Da Colônia ao governo Lula**. SP: Manole, 2009.

HENRY, R. Loyn. **Dicionário da idade media**. Rio de Janeiro: Jorge zahar, 1997.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIBANÊO, J. C; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_, José Carlos. **Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_, José. **Democracia da escola pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 2006.

\_\_\_\_\_, José. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

LIMA, Elvira Souza. **Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano**. In: BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto/ SEB, Brasília: MEC, 2008.

\_\_\_\_\_, Elvira Souza. **Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano**. In: BRASIL, Ministério da Educação, e do Desporto /SEB, Brasília: MEC, 2007. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag1.pdf>

LIMA, Abili Lázaro Castro de. **Globalização Econômica, Política e Direito: Análise das mazelas causadas no plano político-jurídico**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2002.

MELLO, Guiomar Namó. **Cidade e competitividade: Desafios educacionais do terceiro milênio**. São Paulo: Cortez, 2000.

MONDIN, Battista. **O Homem: Quem é Ele?** 10ª ed. Trad. R. Leal Ferreira e M.A.S. Ferrari. Rev. Danilo Moraes. São Paulo: PAULUS, 1980. p. 164.

MOREIRA, Flávio. **Currículo: Questões atuais**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

\_\_\_\_\_, Flávio. **Currículo: Políticas e práticas**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

\_\_\_\_\_, Flávio. **Currículo e programas no Brasil**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

SACRISTÁN, Gimeno. **Compreender e Transformar o ensino**. São Paulo: Artmed, 2007.

SAVIANE, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações**. Campinas, SP: Copyright, 2008.

STEGER, Manfred B.; ROY, Ravi k. **Introdução ao neoliberalismo**. Coimbra: Conjuntura actual, 2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília. **As dimensões do projeto político-pedagógico: Novos desafios para a escola**. Campinas SP: Papiros, 2001.

TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian; HADDAD, Sergio. **O banco mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1998.

## **ANEXOS 1**

### **LISTA DE SIGLAS**

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

COMECON - Conselho de Ajuda Mútua Econômica.

CF - Constituição Federal

UE - União Européia.

FNDE- Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNDE - Fundo esse que tem por finalidade manter e desenvolver a educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da educação

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MB - Banco Mundial

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU - Organização das Nações Unidas

PAR- Plano de Ações Articuladas

Pisa - Programa Internacional para Avaliação dos Estudantes da Educação Básica

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNUD - O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PPP - Projeto Político Pedagógico

SEB - Secretária Estadual de Educação Básica

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira